

APRESENTAÇÃO: DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA MACRORREGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL¹

Ana Figueiredo²

Angelina Parreiras³

Maria Paula dos Santos⁴

Paula Pereira Gonçalves Alves⁵

As macrorregiões brasileiras possuem dinâmicas sociais próprias, que determinam os padrões de violência e criminalidade em cada localidade, conformados, ao longo dos anos, por processos históricos de ocupação territorial, desenvolvimento econômico e transformações sociais. Reconhecendo estas particularidades, o projeto Dinâmicas de Violência e Políticas de Segurança nas Regiões Brasileiras, conduzido pela Coordenação de Justiça e Segurança Pública (Cojus) da Diest/Ipea, tem se dedicado a investigar os fatores que impulsionam as dinâmicas violentas nas regiões brasileiras, compreendendo as causas de aumento ou diminuição das taxas de homicídio, bem como as políticas de segurança pública promovidas pelos estados para enfrentá-las. Utilizando uma abordagem quantitativa-qualitativa, o projeto parte de alguns dados estatísticos sobre violência e criminalidade nos diferentes territórios e busca compreender as dinâmicas sociais que contribuem para sua oscilação. Para tanto, a pesquisa lança mão de interlocução com acadêmicos, gestores públicos, movimentos e lideranças sociais, além da coleta e sistematização de matérias publicadas nos noticiários – impressos e eletrônicos – e revisão bibliográfica de escopo regional. De forma geral, o projeto visa:

- conhecer e descrever as dinâmicas da criminalidade e da violência nas diferentes macrorregiões do Brasil;
- sistematizar o conhecimento existente sobre estas dinâmicas e as políticas de segurança pública na região;
- estabelecer redes de cooperação para produção de conhecimento sobre estes temas, envolvendo grupos de pesquisa e organizações sociais da região;
- adensar análises qualitativas publicadas no portal Atlas da Violência⁶ sobre a evolução dos indicadores de criminalidade e violência nos diferentes estados e localidades do país; e
- publicar uma série de textos elaborados pela equipe do projeto, por seus parceiros e por pesquisadores locais, para edições especiais do *Boletim de Análise Político-Institucional* (Bapi), do Ipea, sendo uma edição para cada região.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi38apresenta>

2. Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). E-mail: figueiredo.anarangel@gmail.com.

3. Bolsista do PNPD na Diest/Ipea. E-mails: angelina.silva@ipea.gov.br; e angelinamparreiras@gmail.com.

4. Técnica de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea. E-mail: mariapaula.santos@ipea.gov.br.

5. Bolsista do PNPD na Diest/Ipea; e professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: paulapgvalves@gmail.com.

6. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>.

A primeira etapa foi dedicada à macrorregião Norte, em que se evidenciou um aumento expressivo da violência letal, com uma variação de 260,3% entre os anos de 1980 e 2019 (Santos, 2024). Esta letalidade foi impulsionada por conflitos envolvendo a conexão entre diferentes atores e processos criminais, como a grilagem de terras, a exploração ilegal de recursos naturais, a atuação de facções criminosas, entre outros (Santos, Parreiras e Cunha, 2024).⁷

A segunda macrorregião pesquisada, foco desta edição especial do Bapi, é a Centro-Oeste. Estudos recentes relacionados às dinâmicas criminais nesta região revelaram que a violência letal tem apresentado um quadro contrastante (Cerqueira e Bueno, 2023; 2024). Algumas Unidades Federativas (UFs) têm experimentado reduções expressivas das taxas de homicídios por 100 mil habitantes desde 2016: Goiás registrou sua menor taxa em 2022 (23,1) e o Distrito Federal alcançou uma taxa de apenas 11,4 no mesmo ano. Não obstante, essa diminuição não reflete, necessariamente, um cenário de baixa da violência letal consolidado. Em Mato Grosso do Sul, os índices de homicídios apresentaram queda considerável desde 2014, atingindo sua menor proporção em 2020 (17,5), mas tiveram aumento de 2021 a 2022, com variação de 1,9%. Mato Grosso, por sua vez, viu suas taxas de homicídios alcançarem 30,3 em 2022 – um aumento de 21,8% em relação ao ano anterior. Ademais, embora com números declinantes, a região ocupou a terceira posição, entre as cinco macrorregiões brasileiras, no que se refere às maiores taxas de homicídios nos anos de 2015 a 2022, segundo o portal Atlas da Violência.⁸

O Centro-Oeste, região mais dinâmica do país, tem sua economia baseada principalmente na agropecuária exportadora. Ele abriga o território que mais cresce no país, em termos econômicos e populacionais, representado pelo eixo que liga as cidades de Goiânia, Anápolis e Brasília.⁹ Estas características se contrapõem a um histórico marcado por dinâmicas violentas nos processos de apropriação e ocupação de terras, produzindo desigualdades, vulnerabilidades sociais e conflitos que ainda hoje estão presentes na região. As políticas de colonização, como a Marcha para o Oeste, no governo de Getúlio Vargas (1937-1945), e a Operação Brasília, nos anos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), conformaram uma estrutura social e política marcada pela concentração de terra e poder nas mãos de grandes proprietários rurais, e por conflitos contra povos indígenas, quilombolas, pequenos proprietários de terras, posseiros e trabalhadores sem-terra. As intervenções estatais, incluindo projetos de desenvolvimento, e o avanço da fronteira agropecuária se desdobraram em conflitos fundiários, exploração desregulada de recursos naturais, migrações em massa e crescimento de atividades ilegais, como a grilagem de terras.

Além disso, sua posição geográfica, marcada por uma vasta fronteira internacional e localização central no país, historicamente favoreceu atividades de comércio transnacional irregular, seja o contrabando, praticado desde a Guerra do Paraguai (1864-1970), seja o tráfico de drogas e armas, no período mais recente (Abreu, 2017; 2021). Segundo Cerqueira e Bueno (2024, p. 33), “cerca de 80% da cocaína e da maconha que entram no país passam por esse território”. Nesta logística,

7. Desta etapa, resultaram duas publicações que buscam chamar a atenção às questões regionais do Norte do país: Ipea (2024) – edição do Bapi que reuniu artigos com perspectivas analíticas da violência na região Norte – e Santos (2024) – livro com um panorama acerca das dinâmicas criminais das UF's dessa região.

8. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>. Acesso em: 22 nov. 2024.

9. O eixo Brasília-Goiânia, estruturado no entorno da rodovia BR-060, conecta Goiânia, importante polo industrial e logístico, e Brasília, cidade com forte setor de serviços, atravessando o município de Anápolis, onde estão instaladas agroindústrias. Em 2021, esse eixo econômico já possuía mais de 7 milhões de habitantes, constituindo um enorme mercado consumidor de capital e atores políticos do Centro-Oeste brasileiro (Trindade e Souza, 2012; Rodrigues, 2021).

atuam diferentes coletivos criminais que podem afetar as taxas de homicídio em localidades específicas, assim como as taxas de roubo, furto e latrocínio. Outras dinâmicas observadas, como a violência de gênero e a violência institucional, também são importantes na região.

Essas e outras questões serão abordadas nos artigos desta edição, os quais estão distribuídos em cinco grandes eixos temáticos, listados a seguir.

- 1) Violência letal no Centro-Oeste.
- 2) Territorialidade, conflitos no campo e povos tradicionais.
- 3) Sistema prisional.
- 4) Facções prisionais-criminais no Centro-Oeste.
- 5) Violência urbana e respostas institucionais.

É importante ressaltar que esses elementos, fundamentais para compreender as dinâmicas de violência e criminalidade na região Centro-Oeste, não esgotam todas as dinâmicas regionais. Não foi possível incluir nesta publicação reflexões específicas sobre violência contra mulheres e população LGBTQIAP+, ou sobre as dinâmicas específicas do estado de Goiás, embora tenham sido contatados pesquisadores e outros profissionais locais que realizam estudos sobre o tema.

O artigo que inicia esta publicação, intitulado *Dinâmica dos homicídios na região Centro-Oeste do Brasil (2012-2022)* e escrito por Gabriel de Oliveira Accioly Lins, Danilo Santa Cruz Coelho e Alisson Gomes dos Santos, descreve e analisa quantitativamente os índices e as séries históricas das taxas de homicídio no Centro-Oeste, entre 2012 e 2022. Os autores apontam uma tendência de queda nestas taxas, especialmente a partir de 2017, com algumas variações intrarregionais: enquanto Goiás e o Distrito Federal tiveram as maiores reduções, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentam quedas menos consistentes.

A partir dessa visão geral, o volume avança para o segundo eixo, onde se propõe uma análise específica dos conflitos no campo centro-oestino. O trabalho de Magno Silvestri, intitulado *Conflitos e violências no campo no estado de Mato Grosso (2016-2023): pressões e ameaças aos territórios sociais*, revela como os conflitos no campo em territórios tradicionais e de preservação ambiental se intensificaram no período 2019-2022, com um aumento de ocorrências, em 2020, contra povos indígenas e, em 2022, contra comunidades quilombolas. O artigo sublinha a importância dos processos de reconhecimento dos territórios destes povos, pela União, especialmente em regiões de alta conflitualidade, como Colniza, Cáceres e áreas do Araguaia-Xingu. O autor aponta, ainda, que o atual programa de desenvolvimento econômico de Mato Grosso segue pressionando territórios sociais, fazendo desses conflitos um elemento central na formação social e espacial do estado.

Em seguida, o texto de Atílio Viviani Neto, *Territorialidade e direito ambiental em Mato Grosso a partir de Vila Bela*, explora as ligações entre o agronegócio, as disfuncionalidades socioambientais e a violência em Mato Grosso. A análise observa como as coalizões políticas e econômicas do agronegócio têm contribuído para a concentração fundiária e pressionado pela flexibilização das leis ambientais que levam à extinção das unidades de conservação (UCs) existentes e à inviabilização da criação de novas. O autor indica que a expansão do agronegócio em Mato Grosso ocorre às custas de direitos territoriais e ambientais, evidenciando a necessidade de políticas públicas que priorizem a proteção ambiental e os direitos das comunidades tradicionais.

Este eixo é encerrado com o trabalho de Célia Maria Foster Silvestre, *O massacre de Guapo'y e as mortes indígenas anunciadas*, em que a autora aborda os conflitos entre forças de segurança pública, proprietários rurais e coletivos indígenas em Mato Grosso do Sul, tratando do processo histórico de formação destas terras e assinalando um caso particular ocorrido em 2022, conhecido como Massacre de Guapo'y, no município de Amambai. O episódio recebeu esta denominação em decorrência da violência empregada pelas forças policiais contra indígenas desta etnia e é representativo das violações dos direitos destes coletivos.

No terceiro eixo, a discussão se desloca para a questão do encarceramento na região. De autoria de André Luiz Faisting, o artigo *Um panorama da violência e do encarceramento em Mato Grosso do Sul, com ênfase para mulheres e indígenas* apresenta, a partir dos índices de mortes violentas intencionais (MVIs) e de encarceramento, a vulnerabilidade na qual mulheres e indígenas se encontram em Mato Grosso do Sul. O autor observa um aumento de pessoas privadas de liberdade nesse estado nos últimos anos e problematiza a condição de mulheres e indígenas nesta situação, em que não lhes são garantidos meios adequados para o exercício de seus direitos. Faisting destaca a discrepância entre as práticas do sistema prisional sul-mato-grossense e os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas.

No artigo *A expansão dos sistemas penitenciários de Mato Grosso e do Centro-Oeste vista pelos dados do Infopen*, Pedro Mendes Loureiro e Graham Denyer Willis mapeiam, de maneira ilustrativa e em várias escalas, particularidades do sistema prisional da região e do estado, a partir de dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Entre estas particularidades destacam-se: a feminização e a seletividade racial do encarceramento; e a espacialidade do encarceramento. Além disso, os autores tratam da destinação dos recursos federais ao sistema carcerário, em especial o de Mato Grosso. Para os autores, o maior investimento neste sistema, apesar de recente, tem aprofundado as desigualdades regionais.

No quarto eixo, composto por dois artigos, debate-se a presença de facções de base prisional no Centro-Oeste. O primeiro, redigido por Camila Caldeira Nunes Dias, *Caracterização da atuação das facções prisionais-criminais na região Centro-Oeste: a importância da centralidade geográfica e dos territórios de fronteira nas distintas configurações regionais*, destaca três centralidades que caracterizam a presença e a atuação de facções criminosas na região, quais sejam: a centralidade econômica e social da agropecuária; a fronteira, especialmente em relação ao Paraguai e à Bolívia; e a geográfica, que posiciona a região como eixo das rotas de produtos ilícitos. O estudo explora como facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) estruturam suas operações nesses territórios, impactando os mercados ilícitos e as taxas de homicídio. A autora observa ainda que a grande disponibilidade de infraestrutura viária da região favorece não só o escoamento de *commodities*, mas também o desenvolvimento de uma infraestrutura de apoio à comercialização desses ilícitos.

O próximo artigo desse eixo, *O Primeiro Comando da Capital (PCC) no centro do poder*, escrito por Célio Vieira Rodrigues e Paulo Sérgio Leitão da Silva, trata da chegada e das tentativas de expansão do PCC em Brasília a partir da longa experiência dos autores como agentes da Polícia Civil no Distrito Federal (PCDF). O PCC tem buscado implementar e expandir suas bases no Distrito Federal, tendo em vista a presença, neste território, dos poderes da República. O texto traça um

panorama do crescimento e das primeiras operações de enfrentamento à facção em Brasília, destacando a importância do trabalho de inteligência policial.

O último eixo, *Violência urbana e respostas institucionais*, tem início com o texto *Violência policial em Mato Grosso: implicações com a Rota Caipira do tráfico de drogas e facções criminosas*, de Naldson Ramos da Costa, que examina o fenômeno da violência policial no estado, muitas vezes justificada pelo suposto combate ao tráfico de drogas e à atuação de facções criminosas, como o CV e o PCC, no estado. O autor analisa como a naturalização das mortes decorrentes de intervenções policiais, amplamente divulgadas pela mídia e endossadas por autoridades públicas, tem se intensificado e legitimado o uso da violência extrema como método de repressão.

Por fim, o artigo de Victória Hoff da Cunha, “*O problema do Distrito Federal é o Entorno*”: *dinâmicas de ocupação territorial urbana, conflitos fundiários e operacionalização das políticas de segurança pública no Distrito Federal e no seu entorno*, destaca que os problemas de segurança pública no Distrito Federal estão profundamente relacionados a questões fundiárias, demonstrando que a configuração socioespacial de Brasília, moldada pela especulação imobiliária e pela grilagem de terras, ocasionou a periferização de áreas ao redor da capital. Nessa dinâmica, a violência opera principalmente como reflexo direto da segregação urbana. A ocupação desordenada e as desigualdades sociais associadas empurram a violência para as regiões mais afastadas do Plano Piloto de Brasília, onde as agências de segurança pública desempenham um papel ambivalente, protegendo as áreas centrais com novas tecnologias de vigilância e reprimindo de forma violenta as populações periféricas das regiões administrativas e do Entorno.

Assim, esta publicação traça, a partir de diferentes perspectivas de análise, um panorama da violência no Centro-Oeste brasileiro, com atenção a algumas especificidades que conformam os estados da região. Esta publicação pretende contribuir para a disseminação do conhecimento, além de apoiar e incentivar futuras pesquisas sobre o tema.

Por sua disponibilidade, manifestamos nosso profundo agradecimento a Alisson Gomes dos Santos, bolsista do PNPD na Diest/Ipea; André Luiz Faisting, professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Atílio Viviani Neto, doutor em estudos de cultura contemporânea pela UFMT; Camila Caldeira Nunes Dias, bolsista do PNPD na Diest/Ipea e professora da Universidade Federal do ABC (UFABC); Célia Maria Foster Silvestre, professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); Célio Vieira Rodrigues, agente de polícia da PCDF e especialista em atividade policial judiciária; Danilo Santa Cruz Coelho, técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea; Gabriel de Oliveira Accioly Lins, bolsista do PNPD na Diest/Ipea; Graham Denyer Willis, doutor pela Universidade de Cambridge; Magno Silvestri, professor da UFMT; Naldson Ramos da Costa, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); Paulo Sérgio Leitão da Silva, agente de polícia da PCDF aposentado e especialista em atividade policial judiciária; Pedro Mendes Loureiro, doutor pela Universidade de Cambridge; e Victória Hoff da Cunha, mestra em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista do PNPD na Diest/Ipea. Agradecemos também aos pareceristas convidados, que se dispuseram a colaborar com esta edição, oferecendo valiosas contribuições aos textos e a seus autores e autoras, cujos nomes não são aqui enunciados, dada a condição de se manterem anônimos, exigida pelas regras desta publicação.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan. **Cocaína: a Rota Caipira**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

_____. **Cabeça Branca: a caçada ao maior narcotraficante do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023.

_____. **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Boletim de Análise Político-Institucional (Bapi): dinâmicas da violência na região Norte**, n. 36. Rio de Janeiro: Ipea, jan. 2024.

RODRIGUES, Lucas Kalil de Paula. **Sinergias espaciais e o papel de Anápolis entre as metrópoles de Goiânia e Brasília**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14. Anpege, 10-15 out. 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA172_ID345719112021121025.pdf. Acesso em: out. 2024.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos (Org.). **Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil**. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1>.

SANTOS, Maria Paula; PARREIRAS, Angelina; CUNHA, Victória Hoff da. Apresentação: dinâmicas da violência e da criminalidade na macrorregião Norte do Brasil. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 5-14, jan. 2024.

TRINDADE, Arthur; SOUZA, Dalva. A violência no eixo Brasília-Goiânia. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 298-311, ago./set. 2012. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/122>.